



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO - DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL PENAL E PENAL.

VIOLÊNCIA EPIDÊMICA E HOMICÍDIOS NO BRASIL: A PRÁTICA DE  
HOMICÍDIOS DE JOVENS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – PB. (2010-  
2013).

**GISINALDO LOPES DA SILVA**

CAMPINA GRANDE

2013

**GISINALDO LOPES DA SILVA**

**VIOLÊNCIA EPIDÊMICA E HOMICÍDIOS NO BRASIL: A PRÁTICA DE HOMICÍDIOS DE JOVENS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – PB. (2010-2013).**

Monografia apresentada à Universidade Estadual da Paraíba, como Trabalho de Conclusão do Curso de Pós- Graduação em Direito Processual Penal e Penal.

ORIENTADOR: PROF. MESTRE, JOSÉ CRISTOVÃO DE ANDRADE

CAMPINA GRANDE, 2013.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

S586v

SILVA, Gisinaldo Lopes da.

Violência epidêmica e homicídios no Brasil [manuscrito]: a prática de homicídios de jovens no município de Campina Grande - PB (2010 -2013) / Gisinaldo Lopes da Silva. – 2014.

37 f.: il. Color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Jurídicas, 2014.

“Orientação: Prof. Me. José Cristovão de Andrade, Departamento, CCSA”.

1. Violência. 2. Homicídio. 3. Jovens. I. Título.

21. ed. CDD 303.6

**GISINALDO LOPES DA SILVA**

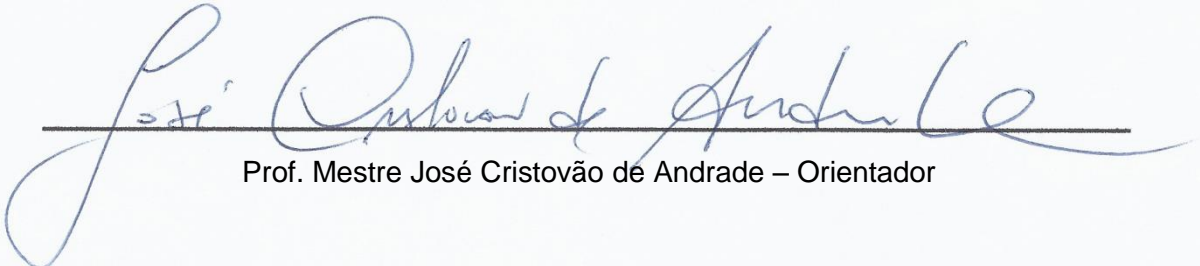
VIOLÊNCIA EPIDÊMICA E HOMICÍDIOS NO BRASIL: A PRÁTICA DE HOMICÍDIOS DE JOVENS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – PB. (2010-2013).

Monografia para a conclusão do Curso de Pós-Graduação em Direito Processual Penal e Penal, submetido à Faculdade de Direito de Campina Grande - PB. Como requisito para obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Mestre, José Cristovão de Andrade.

Aprovada em 13 de dezembro de 2013

**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Mestre José Cristovão de Andrade – Orientador



Profª. Drª. Aline Lobato Costa – Examinadora



Prof. Mestre Severiano Pedro N. Filho – Examinador

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha namorada pelo amor incondicional. Aos meus filhos pelo incentivo, ao meu orientador pela dedicação.

## **AGRADECIMENTOS**

Em especial a Deus, pela graça concedida e por ter permitido chegar até aqui. Pois sei que a até aqui me ajudou o Senhor.

À minha mãe (in memorian) Ivonete pela dedicação na história da minha vida.

Ao meu pai, Lopes, a quem devo tudo que tenho e do que sou, agradeço a dedicação e amor.

A minha namorada, Samara, pelo apoio, compreensão nos momentos de ausência, atenção e amor.

Aos meus filhos, Pedro e Yuri, pelo carinho.

Ao meu orientador, Andrade, pela oportunidade, orientação, incentivo e apoio.

## EPÍGRAFE

Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.

*PAULO FREIRE.*

## **RESUMO**

Esta monografia trata a problemática da Violência Epidêmica e Homicídios no Brasil, com ênfase sobre a situação o município de Campina Grande. Os homicídios apresenta-se de forma crescente, cujas facetas são objeto de apreensão no cotidiano. Ela também passa a ser objeto de reflexão por parte de várias áreas do saber, entre elas a Saúde Pública. O homicídio como uma das principais causas de morte dos jovens coloca-se como uma verdadeira endemia. Violência sempre existiu em todas as sociedades e em todos os tempos como forma de resolver conflitos entre pessoas, na família, na comunidade e entre os países. Atualmente, convive-se com as formas tradicionais de violência e as novas, para as quais ainda há uma certa perplexidade. A mortalidade dos jovens coloca-se como um desafio não apenas pelo aspecto quantitativo, mas principalmente pela complexidade da problemática e suas consequências de ordem demográfica, econômica, social e de saúde. A violência urbana é atualmente um dos temas priorizados nos estudos das cidades, especialmente dos grandes aglomerados urbanos. Além das implicações de ordem econômica, social e territorial, a morte por homicídio vem se colocando no mundo atual como uma verdadeira endemia. As estatísticas mundiais apontam para a problemática da mortalidade de jovens entre 15 e 29 anos, vítimas de homicídios nas cidades. Tema / Campina Grande / dados.

**Palavras chave:** Violência Epidêmica – Homicídios – Jovens



## **ABSTRACT**

This monograph investigates the problem Epidemic of Violence and Homicide in Brazil. With emphasis on the situation of the municipality and Campina Grande. The homicides presents increasingly, whose facets are subject to seizure in the everyday. She also happens to be reflected by various disciplines, including public health. The murder as a leading cause of death among young people stands as a true endemic. Violence has always existed in all societies and at all times as a way of resolving conflicts between people, the family, the community and between countries. Currently, coexists with the traditional forms of violence and new, for which there is still some perplexity. Mortality of young stands as a challenge not only the quantitative aspect, but mainly by the complexity of the problem and consequences of demography, economic, social and health. Urban violence is currently one of the priority topics in the study of cities, especially in conurbations. In addition to the implications of economic, social and territorial order, homicide has been putting in the current world as a true endemic. Worldwide statistics point to the problem of mortality of young people aged 15 to 29 years, homicide victims in the cities. Theme / Campina Grande / data.

**Key words:** Epidemic Violence – Murders – Young

## **LISTA DE ABREVIACOES**

DCCP – DELEGACIA DE CRIME CONTRA A PESSOA

DRPC – DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
CAPÍTULO I	
1.1 A VIOLÊNCIA EPIDÊMICA E HOMICÍDIOS NO BRASIL .....	14
1.2 JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE .....	17
1.3 ÍNDICES DE ENCARCERAMENTO .....	25
CAPÍTULO II	
2.1 HOMICÍDIOS EM CAMPINA GRANDE .....	27
METODOLOGIA.....	29
CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS .....	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	34
ANEXOS .....	36

## INTRODUÇÃO

O fenômeno da violência tem ocupado, não só nos meios acadêmicos, mas também no senso comum, lugar de destaque e preocupação. Tendo em vista essa ampla abordagem do tema nos mais diferentes meios, torna-se cada vez mais essencial compreendê-lo de forma criteriosa, principalmente nas escolas, pois ali é o lugar privilegiado para o desenvolvimento da sociabilidade e da cidadania dos jovens e tal lugar deve sempre primar por uma ambiente no qual as relações de conflito, comuns a todo convívio humano, sejam compreendidas e resolvidas de uma forma pacífica e construtiva. Os homicídios masculinos, por exemplo, prevalecem no espaço público (como ruas e bares) e estão, hoje, fortemente relacionados à criminalidade; já os homicídios femininos ocorrem, preferencialmente, no espaço privado, e estão mais relacionados a conflitos de ordem familiar (Schraiber, Gomes, Couto, 2005; Souza, 2005), sendo que, em ambos os casos, os agressores são predominantemente homens.

Entre as diferentes manifestações de violência identificadas na pesquisa, concluiu-se, que na sua maioria os homicídios são praticados no período da noite e com arma de fogo. No que diz respeito ao crescimento dos homicídios no país, no Estado, e na Cidade, em especial na população entre 15 a 29. Conforme dados do Ministério da Saúde (SIM/DATASUS), os homicídios aparecem como a primeira causa de morte entre os jovens já na década de 1990, e não só ocupam a primeira posição dentre as causas externas, mas ultrapassam todos os outros grupos de causas.

Os grandes centros urbanos à exemplo de Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, João Pessoa, Campina Grande entre outros, foram os mais afetados por esta tendência, consolidando um caráter “endêmico” com um padrão desigual de distribuição das mortes por homicídio, como resultado de um conjunto de processos sociais que se tornam mais proeminentes nessas áreas, como as desigualdades nas condições de vida (Gawryzewski, Costa, 2005; Cardia, Adorno, Poletto, 2003; Barata, Ribeiro, 2000) e o estabelecimento de um mercado de atividades ilícitas e criminosas, sobretudo em torno do tráfico de armas e drogas (Zaluar, 2004).

Necessariamente a violência saiu das telas e invadiu o cotidiano dos brasileiros, expandiu-se a tal ponto que se torna difícil confiar até nos melhores amigos, muitas vezes na própria família, ou seja, a realidade bruta e cruel está cada vez mais inserida no cotidiano, e por ventura faz uma crescente nos índices de violência, ou seja, no âmbito social, cultural, político, religioso entre outros, já não há escolha, nem precisa de motivos coerentes para se cometer o próximo crime.

O crescimento da violência urbana é uma de suas expressões, as taxas de mortalidade por homicídios, têm incidido preferencialmente sobre adolescentes e adultos jovens, em várias partes do mundo, apresentando impacto negativo sobre a esperança de vida. O crescimento da mortalidade por arma de fogo foi intenso, como podemos observar na tabela.

Tabela 1 – Número de vítimas letais por armas de fogo na população total e na jovem, segunda causa básica. 2008 – 2010.

<b>ANO</b>	<b>POPULAÇÃO TOTAL</b>	<b>15 A 29 ANOS</b>
2008	35.676	21.475
2009	36.624	21.912
2010	36.792	21.843

Fonte: SIM-SUS-MS

Os homicídios com envolvimento de adolescentes inscrevem-se em uma problemática abrangente, que diz respeito ao crescimento da violência e sua expressão em diversos contextos de sociedade. Muitas vezes, os homicídios são consequências dessas formas menos visíveis de violência, resultantes das transformações estruturais e das relações sociais econômicas e culturais que ocorrem nas cidades. O crescimento dos índices de violência fazem com que a população se divida em diversas opiniões. Enquanto muitos acreditam que a violência não pode ser combatida com mais violência, outros defendem ações severa do Estado contra o crime organizado e até mesmo mudanças na legislação, em busca de punição aos acusados de crimes hediondos.

A violência na cidade de Campina Grande tem crescido consideravelmente nos últimos anos, por práticas e ações como: acertos de contas, rixas, implicância do tráfico de drogas, ou qualquer que seja a nomenclatura, tem levado famílias a perderem seus entes queridos na maioria jovens entre 15 à 29 anos de idade.

Campina Grande já se tornou uma das cidades mais violentas do nosso Estado. Nos últimos anos, a sociedade campinense tem vivido situações de caos, infelizmente, assaltos, sequestros, fazem parte do cotidiano dessa gente. O mapa da violência dos bairros de Campina Grande no ano de 2008, elaborado pela Segunda Delegacia Regional de Polícia Civil, indicou que a maioria dos homicídios tem como destaque o tráfico de drogas concentrando-se na Zona Oeste da cidade e que as maiores vítimas são jovens entre 15 e 29 anos, do sexo masculino.

Neste trabalho teremos como objetivos: contextualizar a violência e os índices de homicídios de jovens em Campina Grande, identificar os homicídios no âmbito nacional e local, caracterizar os homicídios de jovens em Campina Grande com a violência urbana e avaliar os períodos de incidência dos homicídios na respectiva cidade.

No primeiro capítulo abordaremos a Violência Epidêmica e Homicídios no Brasil. O segundo tratará dos Homicídios em Campina Grande.

Os dados apresentam um aumento significativo dos índices de homicídios em Campina Grande, de jovens entre 15 e 29 anos. ANEXO B. Esses números nos preocupam, o que exige da sociedade e dos poderes públicos ações mais eficazes, comprometidas com a qualidade de vida de todo cidadão.

O interesse pelo tema aconteceu na minha vivência frente como profissional no sistema de segurança pública. Por outro lado, como bacharel em direito e conhecedor desse processo, vimos que não foi fácil tratar do assunto, em razão de estarmos invadindo a privacidade do outro.

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de reflexão sobre os programas de segurança pública e do aprendizado das pessoas, uma vez que, a incidência de homicídios ainda é elevada (JONH; LOTT, 1999), dando resposta sobre o porquê dos grandes esforços desenvolvidos e os objetivos não serem alcançados.

Comprovando-se o reconhecimento da importância da segurança pública e sua eficácia, homicídio é uma realidade em todo mundo, não tendo sido suficiente criadas ou intensificadas ações que minimizem essas práticas de homicídios.

Dentro desse contexto, objetiva-se com esse trabalho analisar a problemática dos homicídios em Campina Grande, partindo dos dados evidenciados.

## **CAPÍTULO I**

### **1.1 VIOLÊNCIA EPIDÊMICA E HOMICÍDIOS NO BRASIL**

De acordo com Dr. Dráuzio Varella (2013), a violência urbana é uma enfermidade contagiosa. Embora possa acometer indivíduos vulneráveis em todas as classes sociais, é nos bairros pobres que ela adquire características epidêmicas.

A prevalência varia de um país para outro e entre as cidades de um mesmo país, mas, como regra, começa nos grandes centros urbanos e se dissemina pelo interior. A incidência nem sempre é crescente; mudança de fatores ambientais e medidas mais eficazes de repressão, por exemplo, podem interferir em sua escalada.

As estratégias que as sociedades adotam para combater a violência flutuam ao sabor das emoções, raramente o conhecimento científico sobre o tema é levado em consideração. Como reflexo, a prevenção das causas e o tratamento das pessoas violentas evoluíram muito pouco no decorrer do século XX, ao contrário dos avanços ocorridos no campo das infecções.

A agressividade impulsiva é consequência de perturbações nos mecanismos biológicos de controle emocional. Tendências agressivas surgem em indivíduos com dificuldades adaptativas que os tornam despreparados para lidar com as frustrações de seus desejos.

A violência urbana é uma doença com múltiplos fatores de risco, dos quais os mais relevantes são a pobreza e a vulnerabilidade biológica. Os mais vulneráveis são os que tiveram a personalidade formada num ambiente desfavorável ao desenvolvimento psicológico pleno. A revisão dos estudos científicos já publicados permite identificar três fatores principais na formação das personalidades com maior inclinação ao comportamento violento:

- 1) Crianças que apanharam, foram abusadas sexualmente, humilhadas ou desprezadas nos primeiros anos de vida;



- 2) Adolescência vivida em famílias que não lhes transmitiram valores sociais altruísticos, formação moral e não lhes impuseram limites de disciplina;
- 3) Associação com grupos de jovens portadores de comportamento antissocial.

Na periferia das cidades brasileiras vivem milhões de crianças que se enquadram nessas três condições de risco. Associadas à falta de acesso aos recursos materiais, à desigualdade social, à corrupção policial e ao péssimo exemplo de impunidade dado pelos chamados criminosos de colarinho-branco, esses fatores de risco criam o caldo de cultura que alimenta a violência crescente nas cidades.

Na falta de outra alternativa, damos à criminalidade a resposta do aprisionamento. Embora pareça haver consenso de que essa seja a medida ideal e de que lugar de bandido é na cadeia, não se pode esquecer de que o custo social de tal solução está longe de ser desprezível. Além disso, seu efeito é passageiro: o criminoso fica impedido de delinquir apenas enquanto estiver preso. Ao sair, estará mais pobre, terá rompido laços familiares e sociais e dificilmente encontrará quem lhe dê emprego. Ao mesmo tempo, na prisão, terá criado novas amizades e conexões mais sólidas com o mundo do crime.

Construir cadeias custa caro; administrá-las, mais ainda. Para agravar, obrigados a optar por uma repressão policial mais ativa, aumentaremos o número de prisioneiros a ponto de não conseguirmos edificar prisões na velocidade necessária para albergá-los. As cadeias continuarão superlotadas, e o poder dentro delas, nas mãos dos criminosos organizados. Seria mais sensato investir o que gastamos com as cadeias em educação, para prevenir a criminalidade e tratar os que ingressaram nela. Mas, como reagir diante da ousadia sem limites dos que fizeram do crime sua profissão sem investir pesado no aparelho repressor e no aprisionamento. Na verdade, não existe solução mágica a curto prazo. Precisamos de uma divisão de renda menos brutal, motivar os policiais a executar sua função com dignidade, criar leis que acabem com a impunidade dos criminosos bem sucedidos e construir cadeias novas para substituir as velhas, mas isso não resolverá o problema enquanto a fábrica de ladrões colocar em circulação mais criminosos do que nossa capacidade de aprisioná-los.

Para o citado autor a tranquilidade nas ruas só acontecerá quando entendermos que ela depende do envolvimento de cada um de nós na educação das crianças especificamente as nascidas na periferia, por estarem desprovidas do acesso às políticas sociais públicas.

Ressalta-se que, enquanto não aprendemos a educar e oferecer medidas preventivas para que os pais evitem ter filhos que não serão capazes de criar, cabe a nós a responsabilidade de integrá-los na sociedade por meio da educação formal de bom nível, das práticas esportivas e da oportunidade de desenvolvimento artístico.

A tabela 1.1 permite verificar a enorme heterogeneidade de situações na evolução da mortalidade por armas de fogo (AF). Podemos observar um crescimento da mortalidade na Região Norte, Nordeste, Norte. Já no Nordeste, o destaque foi o Maranhão, cujo número de vítimas cresce. Mas também Alagoas, Bahia, Ceará e Paraíba mostram taxas de crescimento. O único estado da região a evidenciar queda nos números foi Pernambuco. Já na região Centro-Oeste, os quantitativos permanecem praticamente estagnados, com quedas no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, baixo crescimento no DF e crescimento moderado em Goiás. Já a região Sul teve um crescimento moderado.

Tabela 1.1 Número de óbitos por AF. Brasil. 2005/2010\*

REGIÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010
ACRE	125	155	133	133	152	144
AMAPÁ	196	203	171	211	191	259
AMAZONAS	598	697	711	827	915	1.067
PARÁ	1.926	2.073	2.204	2.868	2.997	3.498
RONDÔNIA	552	589	435	480	536	541
RORAIMA	94	110	116	105	117	123
TOCANTINS	202	236	224	232	284	311
NORTE	3.693	4.063	3.994	4.856	5.192	5.927
ALAGOAS	1.211	1.617	1.839	1.887	1.872	2.084
BAHIA	2.823	3.278	3.614	4.765	5.383	5.288
CEARÁ	1.692	1.793	1.936	2.031	2.168	2.514
MARANHÃO	903	925	1.092	1.243	1.387	1.478
PARAÍBA	740	819	861	1.021	1.269	1.454
PERNAMBUCO	4.307	4.478	4.560	4.431	3.954	3.412

PIAUI	386	437	406	387	398	427
RIO GRANDE DO NORTE	408	450	594	720	791	727
SERGIPE	492	597	526	574	663	689
NORDESTE	12.962	14.394	15.428	17.059	17.885	18.073
ESPIRITO SANTO	1.600	1.774	1.885	1.948	1.974	1.385
MINAS GERAIS	4.208	4.155	4.103	3.869	2.779	2.629
RIO DE JANEIRO	7.098	7.122	6.313	5.395	4.592	4.219
SÃO PAULO	8.727	8.166	6.234	6.118	4.216	3.845
SUDESTE	21.633	21.217	18.535	17.330	13.161	12.078
PARANÁ	2.981	3.095	3.112	3.453	2.800	2.759
RIO GRANDE DO SUL	2.015	1.964	2.174	2.367	1.954	1.741
SANTA CATARINA	616	656	632	789	573	531
SUL	5.612	5.715	5.918	6.609	5.297	5.031
DISTRITO FEDERAL	745	796	815	873	766	651
GOIÁS	1.398	1.410	1.426	1.754	1.253	1.320
MATO GROSSO	907	899	892	942	617	603
MATO GROSSO DO SUL	628	678	699	690	468	363
CENTRO-OESTE	3.678	3.756	3.832	4.259	3.104	2.937

Fonte: SIM/SVS/MS. \*2010: dados preliminares

## 1.2 JOVENS EM SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE

É possível supor que a vulnerabilidade dos jovens à violência relaciona-se, atualmente, às conformações gerais da "modernidade reflexiva" (nos termos de Beck, 1997) e, portanto, às consequências que este processo traz para a trajetória individual dos sujeitos. De um lado, porque obriga o sujeito a tomar decisões de forma solitária e a responsabilizar-se pelos resultados de suas "escolhas" (as quais não estão livres de constrangimentos, uma vez que mediadas pelos processos sociais em curso), o que, embora proporcione certa margem de liberdade ao sujeito,

ao abrir novas possibilidades, impõe o árduo peso de uma responsabilização individual. Nesse contexto, o controle dos riscos passa cada vez por estratégias individuais, já que, socialmente, há uma maior isenção em relação à responsabilidade coletiva de gestão dos riscos, jogando para os indivíduos o ônus pelos possíveis efeitos negativos (Mitjavila, Jesus, 2004; Peralva, 2000). De outro lado, porque desfaz os limites simbólicos capazes de dar suporte a um sentimento de identidade – e é na busca desses limites que muitos jovens acabam por lançar-se em situações de risco, onde a confrontação com a morte (de forma imaginária ou real) pode tornar-se elemento fundamental na afirmação do valor de sua existência (Le Breton, 2000).

Segundo Le Breton (2000), a transição para a vida adulta representa, na modernidade, um momento crítico onde essas condutas de risco tornam-se emblemáticas e fortemente adotadas. Diante da indeterminação social instaurada pela modernidade, não há mais ritos de passagem que possam simbolizar e legitimar a entrada na vida adulta e, sobretudo, referenciar o futuro e remover a incerteza sobre a condução da existência, a exemplo das sociedades tradicionais. Esta simbolização da passagem fica a encargo dos próprios jovens que precisam encontrar uma resposta a suas expectativas. E é nesse momento que as condutas de risco ganham um valor essencial, na forma de um rito, por meio do qual os jovens buscam achar um sentido que justifique suas vidas.

De acordo com La Mendola (2005), os significados dos comportamentos de risco, inclusive os mais destrutivos, relacionam-se também à desconfiança em relação aos mecanismos sociais de distribuição de sucesso. A modernidade, ao fazer do risco a forma exclusiva de persecução de fins na sociedade contemporânea, estabelece, como mensagem fundamental, que aqueles que se empenham necessariamente obterão sucesso. Contudo, essa fórmula acaba não se confirmando na realidade, uma vez que a obtenção de sucesso submete-se a regras sociais de reconhecimento que escapam constantemente aos critérios racionais de seleção dos melhores.

Lança-se, assim, aos indivíduos, a necessidade de adotarem atitudes de risco, para aquisição de sucesso sem, contudo, enfatizar o elemento que lhe é

complementar, ou seja, a segurança, abrindo margem para comportamentos destrutivos. Ressalta-se, portanto, a existência de um sistema social que legitima o risco, inclusive na esfera do trabalho (Sennet, 2005), ocultando a necessidade das redes de proteção para prevenir os efeitos negativos que podem conter a ação de arriscar-se, especialmente na fase da juventude, caracterizada como um momento de forte indeterminação social e identitária.

Ademais, soma-se a esse processo geral, que atinge a juventude como um todo, a existência de diferenças profundas na vivência dessa fase de acordo com a posição social desses jovens, inclusive quando consideramos a exposição à violência. Assim, embora os desafios sejam semelhantes, os contextos e os recursos disponíveis no seu enfrentamento não são os mesmos, abrindo espaço para diferentes situações de vulnerabilidade.

Como define Pais (2005), a situação social dos jovens na modernidade é caracterizada, cada vez mais, pela imprevisibilidade. As novas conformações sociais marcadas por tendências globalizantes, avanço tecnológico e mudanças do trabalho (Telles, 2006; Sennet, 2005; Giddens, 2002) transformam o futuro em algo indefinido e arriscado, lançando desafios para a sociedade em geral e, especialmente, para as novas gerações. Nesse sentido, surge, como problema crucial, o processo de transição para a vida adulta e as possibilidades de os jovens conseguirem lograr sua inserção social. Embora esse problema atinja todos os jovens, as desigualdades econômicas e sociais, por certo, imprimem diferenciações importantes nos recursos existentes e nas formas possíveis de se alcançar essa inserção.

Segundo Telles (2006), são as novas gerações que colocam em evidência os pontos nevrálgicos das novas configurações sociais. De um lado, os jovens já entram num mundo social marcado pelo trabalho precário e o desemprego, em tempos de dissolução do capitalismo fordista e surgimento do capitalismo flexível (Sennet, 2005). Por outro, vivenciam uma experiência, inimaginável para gerações anteriores, dos capitais globalizados que fazem expandir os circuitos do consumo de bens materiais e simbólicos para além das fronteiras das grandes nações, atingindo os mercados populares. E é no centro dessa nova realidade, a qual redefine novas

dinâmicas locais, novas redes sociais, novas sociabilidades, que os mais jovens acabam traçando seus percursos, cada vez mais instáveis e precários (Telles, 2006).

As trajetórias dos jovens tornam-se, nesse contexto, trajetórias não lineares, já que sujeitas a diferentes contingências, imprevistos, incertezas (Pais, 2005), cuja característica principal é a retomada de caminhos já percorridos. As incertezas que compõem essas trajetórias gravitam com intensidade na esfera do trabalho. A flexibilização que caracteriza o capitalismo na modernidade faz com que a experiência dos jovens, no mundo do trabalho, não se dê a partir de uma rotina estável ou de uma carreira previsível, e estes acabam por inventar diferentes formas de ganhar dinheiro ou de "ganhar a vida". Ainda de acordo com Pais (2005), essa flexibilização do trabalho, que atinge a todos, acaba sendo vivida pelos jovens como aventura ou, mesmo, desventura. Isto porque, para alguns, essa flexibilidade acaba por representar viver na precariedade, com todos os aspectos negativos que advêm dessa situação; para outros, essa flexibilidade representa a abertura de novas oportunidades, a possibilidade de trajetórias sociais ascendentes. Entretanto, é a incerteza e a improvisação que pautam seus percursos. É nesse sentido que conseguir um emprego, muitas vezes, é tido como um lance de sorte e a própria vida passa a ser vivida nos moldes de um jogo, onde a necessidade de astúcia e os elementos de aleatoriedade e sorte tornam-se centrais.

De acordo com Sennet (2005), o capitalismo flexível institui o risco como algo necessário. Esse é um tempo, portanto, que valoriza o desempenho, a performance e o sucesso. Correr riscos, tentar a sorte torna-se uma necessidade diária para todos, e essa atitude acaba por ser valorizada: "A moderna cultura do risco é peculiar naquilo que não se mexer é tomado como sinal de fracasso, parecendo a estabilidade quase uma morte em vida. O destino, portanto, conta menos que o ato de partir" (Sennet, 2005, p.102). O risco, nessa cultura, passa a ser um teste de caráter, é preciso correr risco mesmo que, racionalmente, se saiba que é possível fracassar. Especificamente para os jovens, sua situação limiar acaba por torná-los mais flexíveis, inclusive em termos de assumirem riscos. Contudo, como indica Pais (2005), a propensão a assumir riscos e jogar com a própria vida seria mais forte entre os sujeitos em que a própria vida apresenta-se mais cheia de indeterminações. Assim, no jogo da vida, muitos jovens seriam levados a desafiarem

o próprio destino, como no caso de jovens inseridos em trajetórias de exclusão social. Desse modo, os recursos que os jovens possuem (títulos escolares, redes de conhecimento e, também, astúcia) variam como variam as formas inventadas pelos jovens, a partir desses recursos ou na sua ausência, no empenho de ganhar a vida.

A criminalidade, fortemente atrelada a essa expansão do tráfico de drogas, tem se apresentado cada dia mais presente nas periferias e favelas, inclusive a partir da década de 1990, tornando-se parte das "opções" e "escolhas" apresentadas aos moradores desses locais. Configura-se, assim, como um aspecto de vulnerabilidade para muitos jovens, embora apenas uma minoria aceda às atividades criminais (Feltran, 2007; Peralva, 2000). Em presença das inúmeras dificuldades encontradas pelas pessoas, especialmente pelos jovens, ao tentarem uma inserção no mercado de trabalho, a "escolha" por esta "opção", apesar de se colocar, por um lado, como uma forma de acesso – a bens de consumo, a renda, a ampliação do status individual no grupo – também se insere em um contexto de risco de morte onipresente, ou seja, num contexto marcado pela violência resultante tanto da instituição policial como da comercialização ilegal de drogas (Feltran, 2007; Peralva, 2000).

As estratégias de resposta a este risco de morte podem ser variadas, desde a tentativa de contorná-lo até o engajamento no próprio narcotráfico. Isso revela uma dinâmica que vai além de aspirações a uma mobilidade social desviante, compreendendo diferentes sentidos de existência e alternativas de vida para melhor lidar com a experiência do risco, diante da falta de padrões estáveis de organização familiar, social e política, incluindo a ausência de ordem pública legítima (Feltran, 2007; Peralva, 2000).

Segundo Jesus (2009) a violência urbana, que faz vítimas todos os dias, em pequenas ou grandes cidades, consiste em assaltos, agressões físicas, seqüestros relâmpagos, extorsões mediante sequestro, furtos, chantagens, homicídios e tantos outros delitos, não e nova, a não ser quanto aos instrumentos empregados na execução, hoje muito sofisticados.

Atualmente, as naturezas destes crimes expressam-se conforme as condições sociais e econômicas das cidades, consideradas estas os aglomerados

urbanos com mais de 25 mil habitantes. Assim, nas populações desenvolvidas, são cometidos em maior número delitos contra o patrimônio, enquanto nas pobres e em desenvolvimento, mais comuns são os contra a pessoa, como lesões corporais e homicídios.

O plano constitucional brasileiro compete ao Estado, e não ao Município ou a União, a repressão à atividade delinquencial urbana. Dado o aumento da população, os Estados, diante do insuficiente valor dos tributos por eles recebidos e arrecadados pela União, não tem condições de proteger os cidadãos nas suas comunidades. Os municípios, também por razões legais e financeiras, são quase inertes em termos de segurança pública, mostrando-se prostrados diante dos furtos e sequestros. O resultado é desastroso, transformando-nos em vítimas pacatas e sem esperança. (JESUS, 2009).

Segundo o Professor Rosler (2004):

Em termos de resposta penal, o sistema jurídico brasileiro não traz soluções adequadas, apresentando diversos problemas estruturais. Nossa legislação penal parece sofrer a grave esquizofrenia. De um lado, temos uma constituição “cidadã” que nos oferece um extenso rol de direitos e garantias individuais. Por outro uma legislação penal e processual deficiente e arcaica, oriunda de uma época de exceção, de um Estado totalitário. Além disso, o legislador atual ainda furioso, legislando sem parar, atendendo aos anseios do movimento da lei e da ordem. Resultado disso é a ofensa direta aos fundamentos constitucionais do Estado Democrático do Direito.

A violência ao lado do desemprego é a principal preocupação da população, que a cada dia sente prisioneira, refém de suas próprias residências, uma vez que as ruas tornam-se um lugar inseguro, onde andar de carro ou sozinho significa uma possibilidade de ser assaltado ou até morto, por pessoas que não respeitam as leis previamente existentes (ROSA 1999).

A impunidade apresenta-se hodiernamente como um dos principais fatores que contribuem para a escalada da violência e da criminalidade no país. O descrédito da grande maioria da população em relação às instituições que compõem o Sistema de Justiça Criminal é patente (SOUSA, 2006).



Assim sendo, vários são os fatores que exsurtem os crimes urbanos, dentre eles, encontramos a impunidade, a fome, a miséria, a falta de educação, ausência de políticas públicas de combate à criminalidade.

O professor Sousa Neto (2006) assevera:

Cada ente que compõe esse sistema procura colocar no outro ou nos outros à culpa pela ineficiência e ineficácia próprias. A Polícia Civil, a porta de entrada do poder de persecução criminal estatal, muitas das vezes procura transparecer à opinião pública que faz a sua parte – efetua prisões, desvenda crimes – mas esse trabalho é prejudicado quando os magistrados concedem liberdades provisórias e relaxam prisões em flagrantes. O judiciário, por sua vez, defende-se, alegando que a culpa está na baixa qualidade dos inquéritos policiais, desprovidos de provas materiais contundentes ou, quando as têm, muitas das vezes foram obtidas através de meios ilícitos.

As principais causas da violência urbana segundo a revista Science são a desigualdade econômica, uso de armas, quebra dos laços familiares, encarceramento e seu alto índice de encarceramento, bem como o uso de drogas, em especial o crack.

Há muito se admite que a má distribuição de renda crie ambiente favorável à disseminação da violência urbana. De fato, a desigualdade parece funcionar como caldo de cultura para a disseminação do comportamento agressivo. Sociedades que vivem em estado de pobreza generalizada tendem a ser menos violentas do que aquelas em que há pequeno número de ricos e uma grande massa de pobres.

A diferença de poder aquisitivo, no entanto, não é causa única. A violência urbana é uma doença multifatorial. As diferenças sociais existentes em nosso país podem explicar por que ocorrem mais crimes no Brasil do que na Suécia, por exemplo. Não explica, porém, por que os índices de criminalidade suecos começaram a aumentar na mesma época que nas cidades brasileiras ou americanas. Não explica, também, as razões pelas quais a criminalidade dos grandes centros americanos vem caindo consistentemente de 1992 para cá, período em que a concentração de renda se agravou naquele país.

Além disso, a desigualdade não explica por que num bairro pobre, e até numa mesma família, somente alguns se desviam para o crime, enquanto os demais respeitam as regras de convivência social.

A alta concentração de armamento em certas áreas da cidade cria, segundo J. Fagan, da Universidade de Colúmbia, uma “ecologia do perigo”. Depois de entrevistar 400 jovens nos bairros mais perigosos de Nova York, o pesquisador constatou que a violência é realmente contagiosa. No período de 1985 a 1995, o uso de revólveres nessas comunidades se disseminou como doença transmissível. Jovens desarmados sentiam-se inseguros e acreditavam que, se carregassem uma arma, imporiam mais respeito aos adversários. No mundo do crime, as armas são o poder.

Como os que vivem do crime precisam dispor de armas competitivas em relação às da polícia e de quadrilhas rivais, instala-se nas cidades uma corrida por armamentos sem fim, responsável pelos ferimentos mais letais que os plantonistas de hoje enfrentam nos hospitais da periferia de São Paulo, em Washington ou Nova York.

No mundo todo cresce o número de filhos criados sem apoio paterno. São crianças concebidas por mães solteiras ou mulheres abandonadas por seus companheiros. No Brasil, o problema da gravidez na adolescência é especialmente grave nas áreas mais pobres: nas regiões norte e nordeste, de cada três partos uma das mães está entre 10 e 19 anos. Mesmo no sul e no sudeste, o número de parturientes nessa faixa etária é muito alto: cerca de 25%. Os estudos mostram que os filhos dessas jovens apresentam maior probabilidade de serem abandonados, mal cuidados e sofrer espancamento doméstico. O nascimento dessas crianças sobrecarrega a mãe, provoca abandono dos estudos, dificuldade de conseguir emprego e reduz o poder aquisitivo da família materna, obrigada a manter a criança.

Além disso, é bem provável que aquelas crianças nascidas com maior vulnerabilidade a desenvolver comportamentos agressivos, criadas por mães despreparadas para educá-las com coerência, possam tornar-se emocionalmente reativas e impulsivas, condições de alto risco para a violência.

### 1.3 ÍNDICES DE ENCARCERAMENTO

Muitos dos programas adotados no mundo todo e em nossas “Febems”<sup>1</sup> para controlar a agressividade juvenil, podem ser piores do que simplesmente inúteis.

O agrupamento de jovens de periculosidade variável não acalma os mais agressivos: serve de escola para os ingênuos. Todos parecem estar de acordo com o fato de que nossas cadeias funcionam como universidades do crime, mas é importante saber que diversos estudos confirmam essa impressão. T. Dishion, do *Oregon Social Learning Center*, acompanhou um grupo de 200 adolescentes por um período de 5 anos. Os meninos que não fumavam cigarro, maconha e não bebiam álcool antes dos 14 anos, mas ficaram amigos de outros que consumiam essas drogas, tornaram-se usuários dois anos mais tarde, de forma estatisticamente previsível. O autor concluiu: “é um erro terrível alojar jovens delinquentes no mesmo lugar”. Uma fruta estragada parece mesmo contaminar o cesto inteiro, como diziam nossos avós.

Em 1990, P. Chamberlain e seu grupo, do mesmo centro de Oregon, conduziram um estudo com jovens delinquentes de 13 a 14 anos. Ao acaso, os meninos foram distribuídos para cumprir pena em dois locais: albergados em instituições ou colocados individualmente em casas de família que recebiam ajuda financeira para mantê-los. Enquanto 57,8% dos meninos institucionalizados fugiram, apenas 30,5% dos que ficaram com as famílias o fizeram. Um ano depois de serem postos em liberdade, os que ficaram em casas de família tinham passado 60% a menos de dias na cadeia. O custo de manutenção dos jovens em prisões foi cerca de dez vezes maior.

No calor da emoção que esse tema provoca, a sociedade chega a defender posições antagônicas: muitos acham que se todos os delinquentes fossem para a prisão (ou fuzilados, como preferem alguns) a paz voltaria às ruas. Ao contrário, há

---

<sup>1</sup> FEBEM – Fundações Estaduais de Bem-Estar de Menores, criados nos Estados do País a partir de 1964.

quem diga que nossas cadeias são centros de pós-graduação e que a sociedade ganharia mais construindo escolas do que novos presídios.

A verdade é que os índices de encarceramento guardam relação com o número de crimes. R. Rosenfeld, da Universidade de Missouri, estudou os índices de homicídios nas áreas mais perigosas de Saint Louis e Chicago. Para cada aumento de 10% na população carcerária, concluiu que havia queda de 15% a 20% nos homicídios.

Outros pesquisadores obtiveram resultados bem mais discretos. O economista S. Levitt, da Universidade de Chicago, estudou as consequências da pressão que um movimento de defesa dos direitos civis exerceu sobre o judiciário americano, nos anos 1980. Por causa desse movimento, em alguns estados americanos os juízes decidiram cortar o número de prisioneiros, enquanto em outros a população de presos continuou a crescer. Levitt concluiu que uma queda relativa a 10% da massa carcerária, provocava aumento de 4% na criminalidade.

Para ilustrar novamente a complexidade de temas como esse, o criminologista R. Rosenfeld, citado há pouco, recomenda cuidado ao considerar esses dados. O encarceramento não deve ser visto como panaceia para o crime violento, diz ele na *Science*. E, continua, a curto-prazo a prisão tem um “efeito incapacitador”, impedindo momentaneamente o prisioneiro de praticar novos crimes nas ruas. A longo prazo, entretanto, índices altos de encarceramento podem aumentar os índices de homicídios. Apesar da grande dificuldade em encontrar alternativas ao modelo prisional clássico, é preciso ter claro que o encarceramento em massa é um experimento de consequências mal conhecidas, com potencialidade para fortalecer o crime: empobrece e desorganiza famílias, desagrega vínculos sociais, expõe o presidiário ao contágio com a violência das cadeias e dificulta sua inclusão posterior no mercado de trabalho.

## CAPÍTULO II

### 2.1 HOMICÍDIOS EM CAMPINA GRANDE

Quanto à sua localização, Campina Grande, também conhecida como Rainha da Borborema, está situada na parte Oriental do Planalto da Borborema, na Microrregião que leva o mesmo nome. (Anexo A). Limita-se entre os municípios de Lagoa Seca, Massaranduba, Pocinhos e Puxinanã, ao Norte; Boqueirão, Caturité, Fagundes e Queimadas, ao Sul; Riachão do Bacamarte, a Leste Boa Vista. Localizada 132 km da capital João Pessoa.

Campina Grande já se tornou um dos pontos mais violentos do nosso estado. Nos últimos anos, a sociedade campinense tem vivido situações de caos, infelizmente, assaltos, sequestros, e guerra, entre traficantes e policiais fazem parte do cotidiano dessa gente. O mapa da violência dos bairros de Campina Grande em 2008, elaborado pela Segunda Delegacia Regional de Polícia Civil, indicou, que a maioria dos homicídios se encontra na Zona Oeste da cidade e que as vítimas são jovens entre 15 e 29 anos, do sexo masculino. Homicídios que segundo dados as Delegacia de Crime Contra a Pessoa e Delegacia Regional de Polícia Civil de Campina Grande apresentou os seguintes dados: 2005 (113); 2006 (127); 2007 (117); 2008 (116); 2009 (141); 2010 (196); 2011 (176); 2012 (170) e 2013 (170, até o dia 09 de dezembro), em 2013, 15 mulheres foram assassinadas em Campina Grande.

O quadro de violência acima relatado vem sendo alvo de discussões por diversos segmentos da sociedade. Os meios utilizados pela polícia para conter o crescimento dos índices de violência fazem com que a população se divida em diversas opiniões. Enquanto muitos acreditam que a violência não pode ser combatida com mais violência, outros defendem ações severas do Estado contra o crime organizado e até mesmo mudanças na legislação, em busca de punição aos acusados de crimes hediondos.

As pessoas que vivem na periferia da cidade sofrem com a violência de forma intensa. Quando essa violência extravasa a periferia chega à classe média, há

um grau de sensibilidade maior. O ser humano não pode ser comparado em termos de grandeza, integralidade e importância.

Entre os bairros da Zona Oeste de Campina Grande, Jeremias, Araxá, Promorar, Bodocongó e Monte Santo, registram índices alarmantes de mortes por homicídios. Entretanto, o estudo aponta números elevados de mortes violentas em outros bairros da mesma cidade acaba não tendo uma perspectiva de vida.

No período de janeiro à dezembro de 2010, 196 pessoas foram assassinadas em Campina Grande. Já em 2011 esse número caiu para 176. Em 2012 foram 170 assassinatos, e em 2013 de janeiro até o mês de outubro 162 pessoas foram assassinadas nesta cidade.

Estes números indicam que a violência vem crescendo em ritmo considerável em todo o País. Contudo, as análises a respeito destas taxas de crescimento devem considerar a necessidade de se observar estas frequências com base em diferentes variáveis – por exemplo, a região, estado ou município em que ocorrem e a distribuição na população segundo sexo, faixa etária ou nível socioeconômico, de modo que se torne possível observar a distribuição desigual destes crimes.

De acordo com dados da Delegacia Regional de Polícia Civil, pudemos identificar na pesquisa que a onda de violência que toma conta do nosso município tem ocorrido mais no período da noite. As planilhas anexadas nesse trabalho mostram indicadores que apontam os bairros mais violentos dessa cidade. Anexo B, Anexo C, Anexo D e Anexo E.

## METODOLOGIA

O presente trabalho de pesquisa foi desenvolvido no período de 13 de março de 2013 á 31 de Dezembro do Corrente ano, tendo como instrumentos de coleta de dados, a abordagem através do método dedutivo, justificado pelo fato de desenvolver o trabalho por conceitos, ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados, ao invés de coletar dados para comprovar teorias, hipóteses e modelos preconcebidos.

Segundo Cervo (1996), a dedução e a argumentação com que torna explícitas verdades particulares contidas em verdades universais. O ponto de partida é a antecedente que afirma uma verdade universal, é o ponto de chegada é o conseqüente que afirma uma verdade menos geral ou particular implicitamente no primeiro. Para o citado autor o método dedutivo leva:

“... leva o pesquisador do conhecido ao desconhecido com pouca margem de erro, por outro lado é de alcance limitado pois a conclusão não pode possuir conteúdos que excedam o dos premissos...”

O método dedutivo permitiu observar a violência no âmbito geral da realidade brasileira para melhor compreender a situação local de Campina Grande.

O procedimento adotado foi uma pesquisa bibliográfica, elaborado a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos. Entretanto, citamos alguns autores: Cardia, Feltran, Guimarães, Damásio, Drauzio Varella.

Quanto à coleta de dados, o presente estudo baseou-se apenas na leitura de dados secundários, assim classificados por já terem passado pelo crivo acadêmico, tais como, Constituição Federal, Leis Codificadas, da legislação ordinária, livros e jurisprudência.

Os dados da pesquisa aqui proposta tiveram uma abordagem qualitativa, cujos dados secundários resultaram em uma revisão bibliográfica, por ter apreendido as percepções concernentes ao tema proposto através da interpretação.

Escolhemos como amostra os jovens de 15 a 29 anos, uma vez que a análise e estudo dos altos índices de homicídios são de relevância para o conhecimento da população. Na coleta de dados foi fundamental os dados da Delegacia Regional de Polícia Civil de Campina Grande.

Os dados apresentados no período de estudo ficaram assim: em 2010 foi de 196 homicídios



## CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

A problemática da violência epidêmica e dos índices de homicídios no Brasil um canário crítico, com dados cada vez mais crescentes e geradores de preocupações para toda sociedade. Ao longo de trabalho, pudemos perceber nas análises dos autores citados.

De acordo com o jornal Estadão o Estado da Paraíba é o terceiro do Brasil entre os Estados mais violentos, atrás de Alagoas e Espírito Santo, superando Pará, Bahia e Pernambuco.

Nos últimos 20 anos, a problemática da violência tornou-se objeto de interesse e discussão de especialistas, formadores de opinião e da população em geral, ocupando lugar central em suas preocupações, conforme indicam as pesquisas de opinião. Além de indicar o medo crescente com que convivem as populações dos centros urbanos, estas pesquisas também têm apontado para a existência de outro fenômeno: a baixa credibilidade das instituições de segurança e justiça junto a população. Por um lado, a sociedade tem acompanhado o aumento da violência e da criminalidade; por outro, observa a ausência de respostas por parte das polícias e da justiça, que se expressa no despreparo das forças policiais para o enfrentamento do crime e nas altas taxas de impunidade.

Segundo o delegado de Polícia Civil da Paraíba, Professor Severiano Pedro, o problema da violência em Campina Grande não tem apenas uma causa, mas sim um conjunto muito complexo de fatores que se inicia com um quadro de profunda desigualdade social, que perdura desde o seu descobrimento. Predomina nas grandes cidades brasileiras uma visão de segurança pública que tem na criminalização da pobreza, o seu principal fator de sustentação teórica. O Estado brasileiro deve buscar produzir uma política de segurança pública nos moldes do Estado de direito democrático, que não compreende tão somente o aspecto policial repressivo, mas engloba também uma política social de redução crescente das desigualdades sociais.

As estatísticas oficiais não permitem conhecer a ocorrência destes crimes, pois estas práticas não constituem crimes capitulados no Código Penal. As ações delas decorrentes figuram como homicídios, tentados ou consumados, sem que se possa num primeiro olhar dizer quem foram os agentes envolvidos. Para contornar estas limitações dos dados oficiais temos trabalhado com casos noticiados pela imprensa desde 2010 até os dias atuais. Todo o material recolhido encontra-se armazenado num banco de dados eletrônico que reúne vários casos de violência policial.

Pela análise dos dados extraídos das notícias, foi possível observar que, a despeito de todas mudanças que ocorrem no cenário político brasileiro, as práticas policiais sofreram poucas mudanças. Sua principal característica tem sido o uso excessivo da força, expresso, por um lado, na desproporcionalidade de agentes por caso, em média, e, por outro, nas altas taxas de letalidade em que resultam os confrontos. A despeito dos esforços das polícias militares estaduais de incorporar ao treinamento de seus agentes os conceitos de promoção e respeito aos direitos humanos, o que se observado na pratica e a atuação violenta destes mesmos agentes, além do abuso de autoridade e de seu envolvimento de praticas delituosas, por exemplo, o envolvimento de polícias com o crime organizado e extorsões. Outra característica destes crimes, através da imprensa escrita, é a impunidade. Muito pouco se ouve falar a respeito da punição aplicada a agentes envolvidos em confrontos que resultam em mortes, muito deles caracterizados como execuções. A ausência de resposta do poder público nestes casos somente contribui para agravar o quadro de descrédito destas instituições junto à população.

O reflexo deste descrédito está representado na permanência de práticas como linchamentos e grupos de extermínio na sociedade brasileira. Mais do que sua permanência, o que chama a atenção nestes crimes é o grau de tolerância da população em relação a eles.

Os dados revelam que os homicídios de jovens em Campina Grande, tem se tornado preocupante para a sociedade, uma vez que a cada dia ouvimos falar nos jornais da prática de homicídios na cidade. A sociedade está preocupada e pede medidas das autoridades para solucionar este problema que atinge toda população

Campinense. Precisamos de ações emergenciais de políticas públicas como: emprego, educação de qualidade, saúde, lazer, cultura, entre outros. Só assim os jovens terão uma qualidade de vida melhor.

AUTOR: SEBASTIÃO DIAS, POETA, COMPOSITOR, REPENTISTA, CANTADOR.

A PAZ QUE O MUNDO JÁ ESPEROU TANTO, TOMBOU FERIDA E ESTÁ POR ENQUANTO, ENTRE OS ENTULHOS DA DESTRUÇÃO, MAS FOI O HOMEM QUE ARRISCOU PALPITES, VOOU DEMAIS, ULTRAPASSOU LIMITES, TIROU DEUS DA MENTE E DO CORAÇÃO. QUANDO ALGUÉM PENSA QUE DE TUDO É DONO, O ÓDIO TENTA DERRUBAR O TRONO, QUE O AMOR É DONO MAS NÃO PODE USAR. CERTAS PESSOAS DE ALGUM MAL DOENTES APAGAM SONHOS, MATAM OS INOCENTES E ATÉ CONSEGUEM FAZER DEUS CHORAR. SE A NATUREZA CHORA PELAS VIDAS, QUE SEM MOTIVOS FORAM DESTRUÍDAS SOB OS REQUINTES DA PERVERSIDADE, TALVEZ UM DIA O SENHOR SE ZANGUE QUANDO SEUS PÉS TOCAREM NO SANGUE DOS QUE JÁ MORRERAM VÍTIMAS DA MALDADE. NÃO É PRECISO DESTRUIR A TERRA NÃO ADIANTA INVESTIR NA GUERRA BASTA OS ESTRAGOS QUE A MISÉRIA FAZ, PARA QUE TODOS TENHAM LIBERDADE, SÓ É PRECISO QUE A HUMANIDADE DÊ PELO MENOS UMA CHANCE À PAZ. LEVATEM TODOS QUE ESTÃO CAÍDOS, NEM TODOS SONHOS FORAM DESTRUÍDOS, NOVOS CAMINHOS TEMOS QUE SEGUIR... CHEGOU A HORA DE FERIR OS OMBROS, SOMAR ESFORÇOS, REMOVER ESCOMBROS, QUE É TEMPO AINDA DE RECONSTRUIR. LARGAR AS ARMAS E PEDIR PERDÃO, SERÁ SEM DÚVIDA A MELHOR LIÇÃO, QUE EM VEZ DE BOMBA, ATIREM UMA FLOR. EU PEÇO EM NOME DAS NOSSAS CRIANÇAS; HÁ MUITAS FORMAS DE FAZER MUDANÇAS E A MELHOR DELAS É ATRAVÉS DO AMOR.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **SIM/DATASUS**: informações de saúde. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br>>. Acesso em: 6 jan. 2010.

CARDIA, N.; Adorno, S.; Poletto, F. Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo. **Estud. Av.**, v.17, n.47, p.43-73, 2003.

CERVO, A.L. Metodologia científica. 4 ed. São Paulo. Markron Books, 1996.

FELTRAN, G.S. Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação, significados políticos. **Temáticas**, v.15, n.30, p.11-50, 2007.

GAWRYSZEWSKI, V.P.; COSTA, L.S. Homicídios e desigualdades sociais no município de São Paulo. **Rev. Saude Publica**, v.39, n.2, p.191-7, 2005.

GUIMARÃES, Eloísa. (1998), **Escola, galeras e narcotráfico**. Rio de Janeiro, UFRJ.

JESUS, Damásio E. de Delinquência Urbana. **Jus Navigandi**, Teresina, 2012, n. 15, janeiro 2008. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp>> Acesso em: 16 de outubro de 2013.

JONH, R. LOTT, JR. **Mais armas, Menos crimes?: Entendendo o crime e as Leis de Controle de Armas de Fogo**. São Paulo: Marron Books, 1999.

LA MENDOLA, S. O sentido do risco. **Tempo Soc.**, v.17, n.2, p.59-91, 2005. LIMA, Renato Sérgio. Conflitos Sociais e Criminalidade Urbana. Disponível em: <<http://www.usp.br/agen/red>> Acesso em: 16 de outubro de 2013.

Mello-Jorge, M.H.P. Adolescentes e jovens como vítimas da violência fatal em São Paulo. In: PINHEIRO, P.S. et al. (Orgs.). **São Paulo sem medo**: um diagnóstico da violência urbana. Rio de Janeiro: Garamond, 1998. p. 97-120.

MINAYO, M.C.S. A violência na adolescência: um problema de saúde pública. **Cad. Saude Publica**, v.6, n.3, p.278-92, 1990.

MITJAVILA, M.R.; JESUS, C.S. Globalização, modernidade e individualização social. **Rev. Katálysis**, v.7, n.1, p.69-79, 2004.

PERALVA, A. **Violência e democracia**: o paradoxo brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. **Polícia, violência e sociedade**. Jus Navigandi, Teresina, n.33, julho, 1999. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto>> Acesso em: 16 de outubro de 2013.

SOUZA, E.R.; LIMA, M.L.C. The panorama of urban violence in Brazil BARATA, R.B.; RIBEIRO, M.C.S.A. Relação entre homicídios e indicadores econômicos em São Paulo, Brasil, 1996. **Rev. Panam. Salud Publica**, v.7, n.2, p.118-24, 2000 and its capitals. **Cienc. Saude Colet.**, v.11, n.2, p.363-73, 2006.

VARELLA, Drauzio. **Raízes sociais da violência**: concentração populacional e violência. Disponível em:  
<[http://www.drauziovarella.com.br/artigos/violencia\\_raizes2.asp](http://www.drauziovarella.com.br/artigos/violencia_raizes2.asp)> Acesso em: 16 de outubro de 2013.

ZALUAR, A. **A integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. O condomínio do diabo. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.



## ANEXO B

## CAMPINA GRANDE

HOMICÍDIOS DOLOSOS	2010	2011	2012
JANEIRO	10	7	26
FEVEREIRO	7	11	11
MARÇO	14	16	11
ABRIL	15	18	13
MAIO	20	8	7
JUNHO	22	24	11
JULHO	14	15	13
AGOSTO	16	21	9
SETEMBRO	15	16	13
OUTUBRO	25	15	17
NOVEMBRO	14	12	20
DEZEMBRO	18	13	19
TOTAL	196	176	170

FONTE: DCCP 2ª DRPC

## ANEXO C

## HOMÍCIDIOS EM CAMPINA GRANDE POR BAIRRO

BODOCONGÓ	12
SANTA ROSA	09
TAMBOR	09
JOSÉ PINHEIRO	08
JEREMIAS - RAMADINHA	07
ALTO BRANCO - PEDREGAL	06
LIBERDADE - CATOLÉ	05
SÃO JOSÉ DA MATA	07
MONTE SANTO – MALVINAS – CENTENÁRIO - SANTO ANTÔNIO - DISTRITO DE GALANTE	04
ROSA CRUZ – QUARENTA – DISTRITO MECÂNICO – JARDIM VERDEJANTE - NOVA BRASÍLIA - TRÊS IRMÃS - BELA VISTA	03
ITARARÉ- FEIRA CENTRAL – MONTE CASTELO – SEVERINO CABRAL – SÍTIO ESTREITO – ARAXÁ – SÍTIO LUCAS – JARDIM PAULISTANO – GLÓRIA – CATINGUEIRA – JARDIM CONTINENTAL -	02
JARDIM EUROPA – BAIRRO DAS CIDADES – NOVO HORIZONTE – CATOLÉ DE ZÉ FERREIRA – SÍTIO COVÃO – VILA DOS TEIMOSOS – PRESIDIO DE SERROTÃO – PRÓMORAR – ROSA MÍSTICA – DINAMERICA – LAGOA DE DENTRO – VILA CABRAL DE SANTA TEREZINHA – PALMEIRA – JARDIM TAVARES – DISTRITO INDUSTRIAL – SITIO SALGADINHO – ESTAÇÃO VELHA	01



## HOMÍCIDIOS EM 2013 POR DIA DA SEMANA

DOMINGO	42
SEXTA	27
SÁBADO	23
QUINTA	22
TERÇA	19
QUARTA	17
SEGUNDA	17

## ANEXO D

## HOMÍCIDIOS EM CAMPINA GRANDE POR IDADE

MENOR DE 18 ANOS	11
18 A 24 ANOS	61
25 A 29 ANOS	32
30 A 34 ANOS	19
35 A 64	36
ACIMA DE 65 ANOS	02

## TIPOS DE ARMAS EMPREGADAS NOS HOMÍCIDIOS

ARMA DE FOGO	143
FACA	18
PAULADA	05
PEDRADA	03
ESPANCAMENTO	03

## ANEXO E

## HOMICÍDIOS EM CAMPINA GRANDE POR MÊS

HOMICÍDIOS	2013
JANEIRO	23
FEVEREIRO	20
MARÇO	21
ABRIL	10
MAIO	16
JUNHO	12
JULHO	11
AGOSTO	17
SETEMBRO	6
OUTUBRO	19
NOVEMBRO	13
DEZEMBRO	16